



Oculum Ensaio

ISSN: 1519-7727

sbi.ne_oculumensaios@puc-campinas.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Brasil

KIMO COSTA, SILVIA; FERREIRA DA SILVA JUNIOR, MILTON
DISPOSITIVOS POLÍTICOS, ASPECTOS ARQUITETÔNICOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E
FORMAS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL NA TERRITORIALIDADE SUL BAIANA

Oculum Ensaio, vol. 11, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 97-117

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351732218007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DISPOSITIVOS POLÍTICOS, ASPECTOS ARQUITETÔNICOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E FORMAS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL NA TERRITORIALIDADE SUL BAIANA

POLITICAL DEVICES, ASPECTS OF ARCHITECTURAL EDUCATION INSTITUTIONS AND FORMS OF SOCIAL INCLUSION AND EXCLUSION IN SOUTHERN BAHIA, BRAZIL |

DISPOSITIVOS POLÍTICOS, ASPECTOS DE LA ARQUITECTURA DE LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN Y FORMAS DE INCLUSIÓN SOCIAL Y LA EXCLUSIÓN EN EL SUR DE TERRITORIALIDAD DE BAHIA, BRASIL

SILVIA KIMO COSTA, MILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR

RESUMO

O artigo aborda como a presença de determinados elementos arquitetônicos, que materializam políticas públicas de Inclusão, favorecem a inclusão ou exclusão social de portadores de deficiência (físico-motora, sensorial, cognitiva e múltipla) em instituições de ensino público na Territorialidade Sul Baiana. Fala-se, especificamente, das políticas públicas que têm como formalidades legais do Dispositivo a Lei nº 10.098/2000: que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências; e as especificações da NBR 9050/2004: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Foram analisadas escolas públicas estaduais de Ensino Médio, localizadas em três municípios do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, com população acima de 20 mil habitantes, e que foram construídas seguindo um projeto arquitetônico padronizado pelo governo do Estado. Os dados foram coletados por meio de um roteiro de observação direcionado elaborado com base no “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas”, desenvolvido pelo Ministério da Educação, observando-se os seguintes aspectos: 1) acesso à escola; 2) corredores; 3) rampas; 4) salas (de aula, informática, arte, vídeo, grêmio estudantil e laboratório de ciências); 5) salas administrativas; 6) biblioteca; 7) auditório; 8) sanitários; 9) quadra de esportes. A análise teórico-metodológica fundamentou-se nos conceitos referentes à Governamentalidade, Dispositivos, Disciplinamento, Discursos e não Discursos abordados por Michel Foucault. A pesquisa possibilitou concluir que há uma inclusão excludente, ao se verificar a presença de poucos dispositivos de acessibilidade e o excesso de dispositivos de segurança patrimonial na arquitetura das edificações escolares analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Escolas. Exclusão social. Inclusão.

ABSTRACT

The aim of the article is to discuss how the presence of certain architectural elements that represent public policies for social inclusion favor the inclusion or exclusion of persons with (physical, motor, sensory, cognitive and multiple) disabilities in Public Educational Institutions in Southern Bahia. The public policies under Law Number 10.098/2000 establish: general standards and criteria for the promotion of accessibility for persons with disabilities or reduced mobility; and include other specifications such as NBR 9050/2004: accessibility to buildings, furniture, spaces and urban equipments. We analyzed public high schools located in three counties in Southern Bahia, with a population of over 20,000 inhabitants, which were built following an architectural standard established by the State Government. Data were collected through direct structured observation based on "spatial accessibility manual for schools", developed by the Ministry of Education, and the following aspects were observed: 1) access to school; 2) corridors; 3) ramps; 4) rooms (classrooms, computer rooms, art rooms, video rooms, student assembly and science lab); 5) administrative offices; 6) library; 7) auditorium; 8) restrooms; 9) indoor sports. The analysis was based on the theoretical and methodological concepts concerning governmentality, accessibility features, discipline, discourse and non-discourse addressed by Michel Foucault. Through the research, it was concluded that there is an exclusionary inclusion as there are few accessibility features and an excess of safety devices in the architecture of the school buildings analyzed.

KEYWORDS: Accessibility. Schools. Social exclusion. Inclusion.

RESUMEN

En este artículo se analiza cómo la presencia de ciertos elementos arquitectónicos que materializan Políticas Públicas de inclusión, favorecen la inclusión o exclusión social de las personas con discapacidad (física, motriz, sensorial, cognitiva y múltiple) en las instituciones educativas públicas en la territorialidad Sur de Bahía. Específicamente Políticas Públicas cuyas formalidades de la figura jurídica es la Ley 10.098/2000: Que establece normas generales y criterios básicos para la promoción de la accesibilidad de las personas con discapacidad o movilidad reducida, y da otras providencias y las especificaciones de la norma NBR 9050/2004: Accesibilidad a los edificios, mobiliario, equipo y espacios urbanos. Se analizaron las escuelas públicas de la escuela secundaria, ubicadas en tres municipios del Territorio de Identidad Costa Sur de Bahía, con una población de más de 20 mil habitantes, y se construyeron siguiendo un proyecto arquitectónico estandarizado por el Gobierno del Estado. Los datos se obtuvieron mediante la aplicación de una guía de observación direccional, elaborado con base en el "Manual de Accesibilidad Espacial para las Escuelas", desarrollado por el Ministerio de Educación y se observaron los siguientes aspectos: 1) acceso a la escuela; 2) pasillos; 3) rampas; 4) salas (de clases, de informática, de arte, de video, de gremio estudiantil y de

laboratorio de ciencias); 5) salas administrativas; 6) biblioteca; 7) auditório; 8) sanitario; 9) cuadras deportivas. El análisis se basó teórico-metodológicamente en los conceitos referentes a la gobernabilidad, dispositivos, disciplina, discursos y no discursos abordados por Michel Foucault. La investigación posibilitó concluir que hay una “inclusión excluyente”, al verificar la presencia de pocos dispositivos de accesibilidad y el exceso de dispositivos de seguridad de propiedad en la arquitectura de las edificaciones escolares analizadas.

PALABRAS CLAVE: Accesibilidad. Escuelas. Exclusión. Inclusión.

INTRODUÇÃO

O artigo aborda o modo como as políticas públicas que objetivam a inclusão de portadores de deficiência (físico-motora, sensorial, cognitiva e múltipla) vêm sendo materializadas em instituições de ensino público por meio de determinados elementos arquitetônicos, e como esses elementos favorecem a inclusão ou exclusão social. O trabalho contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e está vinculado à linha de pesquisa: “Políticas públicas e produção de subjetividades nas territorialidades nordestinas”. As instituições analisadas, no período de setembro a novembro de 2012, estão localizadas em três municípios com população acima de 20 mil habitantes, distribuídos pelo Território de Identidade Litoral Sul do Estado da Bahia.

Trata-se de instituições escolares públicas, de Ensino Médio, que foram construídas seguindo um projeto arquitetônico padronizado pelo Governo do Estado. Os dados foram coletados por meio de um roteiro de observação direcionando elaborado com base no “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas” desenvolvido pelo Ministério da Educação (Dischinger *et al.*, 2009). Observaram-se os seguintes aspectos: 1) acesso à escola; 2) corredores; 3) rampas; 4) salas (de aula, informática, arte, vídeo, grêmio estudantil e laboratório de ciências); 5) salas administrativas; 6) biblioteca; 7) auditório; 8) sanitários; 9) quadra de esportes. A análise fundamentou-se teórico-metodologicamente nos conceitos de Disciplinamento (Foucault, 2011); Dispositivos e Governamentalidade (Foucault, 2012a); Discursos e Não Discursos (Foucault, 2012b).

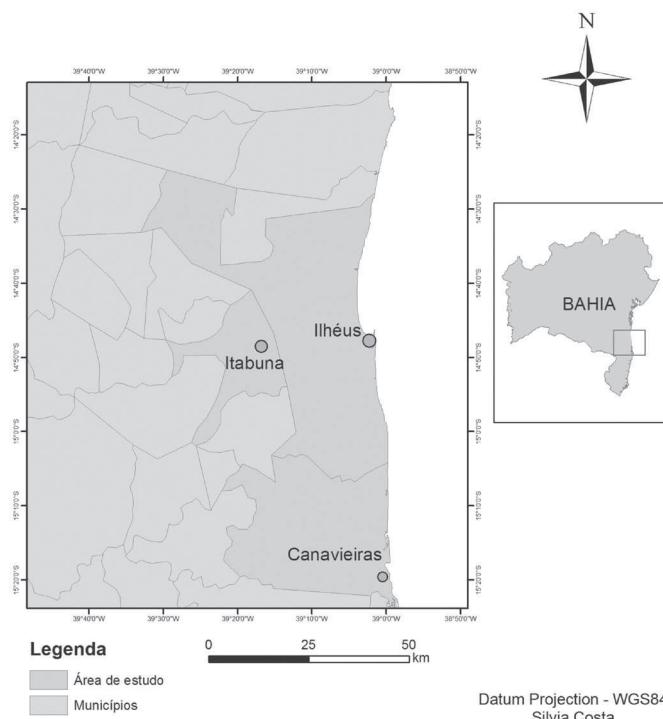
O texto está organizado em três partes: a primeira apresenta os aspectos arquitetônicos das instituições observadas e trata dos procedimentos metodológicos para realização da coleta dos dados. A segunda aborda conceitos referentes à inclusão social, à deficiência (físico-motora, sensorial, cognitiva e múltipla) e às políticas públicas voltadas para inclusão social no âmbito da acessibilidade espacial. A terceira apresenta a análise dos elementos arquitetônicos presentes nas instituições observadas, que materializam as políticas públicas de Inclusão, principalmente aquelas cuja formalidade legal do Dispositivo é a Lei nº 10.098/2000 que “Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção

da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências" (Brasil, 2000); e as especificações da NBR 9050/2004 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004).

ASPECTOS ARQUITETÔNICOS DAS INSTITUIÇÕES OBSERVADAS

As instituições observadas localizam-se nos municípios de Ilhéus, Itabuna e Canavieiras, pertencentes ao Território de Identidade Litoral Sul do Estado da Bahia (Figura 1).

As edificações seguem um padrão arquitetônico estipulado pelo governo do Estado da Bahia e foram construídas para atender alunos de Ensino Médio, pertencentes à parcela da população de baixa renda. Geralmente estão localizadas em bairros distantes da região central dos municípios.



Segundo a Secretaria de Educação do Estado Bahia, além dos municípios de Ilhéus, Itabuna e Canavieiras, essa instituição de arquitetura padrão está presente em outros 20 municípios: Salvador, Feira de Santana, Paulo Afonso, Itapetinga, Juazeiro, Itaberaba, Irecê, Xique-xique, Ipiaú, Vitória da Conquista, Bom Jesus da Lapa, Guanambi, Alagoinhas, Camaçari, Jequié, Porto Seguro, Jacobina, Senhor do Bonfim, Itamarijau e Eunápolis (Bahia, 2013).

O partido arquitetônico das edificações é marcado pela predominância de blocos retangulares de diferentes dimensões (tanto em largura, quanto em comprimento e altura) (Figura 2), interconectados por meio de *halls* de circulação com e sem cobertura. As edificações possuem 3 pavimentos e área equivalente a 6 377m² (cada uma).

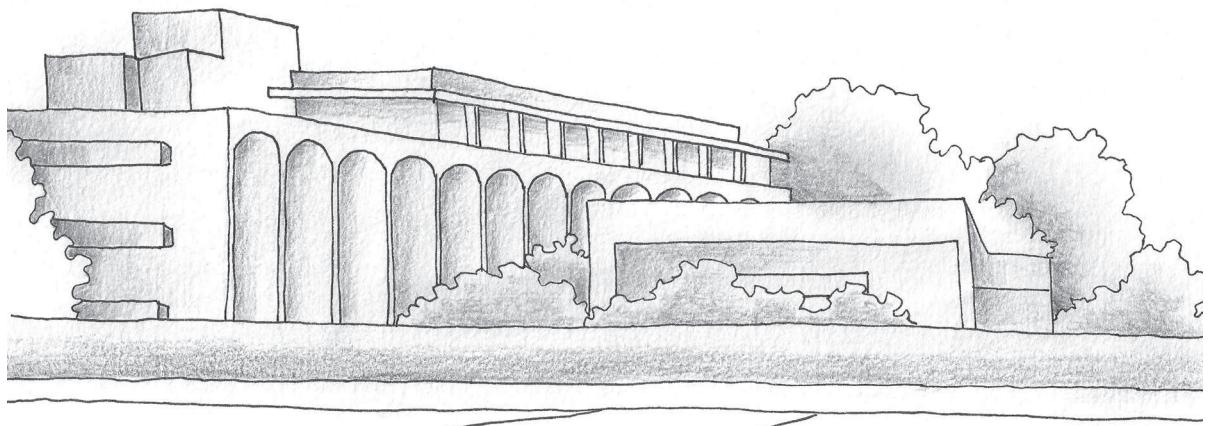


FIGURA 2 – Desenho de observação da edificação — Itabuna, Ilhéus e Canavieiras, BA.

Fonte: Arquivo pessoal de Silvia Kimo Costa (2013).

O concreto predomina não só na estrutura de sustentação, mas também nos elementos côncavos em partes da cobertura. A última laje é coberta por telhado em fibrocimento e apresenta platibanda. A alvenaria de blocos, revestida com argamassa de cimento e areia, massa acrílica e pintura, constitui o principal elemento de vedação. As janelas apresentam esquadrias em alumínio com vidro comum, incolor, tipo basculantes. Nos corredores de circulação e de rampas de acesso aos pavimentos, as paredes são vedadas com cobogós em concreto aparente. Todas as janelas possuem *Brise Soleil* em estrutura metálica.

As instituições apresentam os seguintes ambientes:

Pavimento Térreo (Figura 3): área térrea da biblioteca; auditório; administração (sala de espera; diretoria; vice-diretoria; arquivo; secretaria; sala para coordenação; sala para professores; sala para elaboração de material; mecanografia; 3 sanitários e 1 copa); 3 áreas com jardim interno; 1 pátio coberto; refeitório (cantina; cozinha; despensa e área de serviços); 1 vestiário feminino e 1 vestiário masculino (apoio à quadra de esportes); 1 sanitário para alunos; 1 sanitário para alunas; 1 sanitário para deficientes (masculino e feminino); 1 sanitário para professores; conjunto de rampas de acesso ao auditório; conjunto de rampas de acesso ao 1º pavimento.

1º Pavimento (Figura 4): área do 1º pavimento da biblioteca; 6 salas de aula; 1 sala de artes; 1 laboratório de ciências e 1 sala de apoio ao laboratório; 1 sanitário para alunos; 1 sanitário para alunas; 1 sanitário para deficientes (masculino e feminino); 1 sanitário para professores; conjunto de rampas de acesso ao 2º pavimento.

2º Pavimento (Figura 5): 1 laboratório de informática; 1 sala de apoio ao laboratório; 1 sala de vídeo; 6 salas de aula; 1 sanitário para alunos; 1 sanitário para alunas; 1 sanitário para deficientes (masculino e feminino); 1 sanitário para professores; conjunto de rampas de acesso ao 2º pavimento.

PROCEDIMENTOS PARA COLETA DOS DADOS

As informações foram obtidas por meio da aplicação de um roteiro de observação direcionado elaborado com base no “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas”, desenvolvido pelo Ministério da Educação (Dischinger *et al.*, 2009), e adaptado conforme os ambientes presentes nas instituições analisadas. Além disso, os seguintes conceitos foram considerados:

Deficiência: “Problema específico de uma disfunção no nível fisiológico do indivíduo, por exemplo, cegueira, surdez, paralisia” (Dischinger *et al.*, 2012, p.16). A deficiência pode ser física motora, sensorial, cognitiva e múltipla.

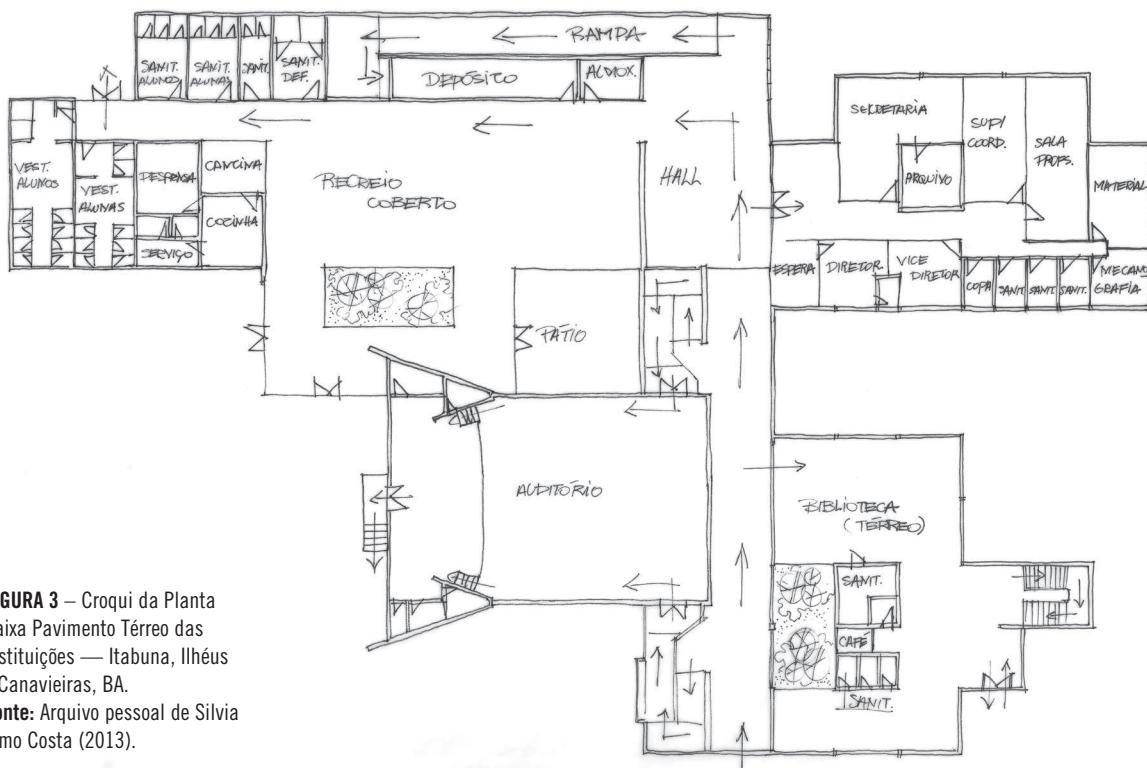


FIGURA 3 – Croqui da Planta Baixa Pavimento Térreo das Instituições — Itabuna, Ilhéus e Canavieiras, BA.

Fonte: Arquivo pessoal de Silvia Kimo Costa (2013).

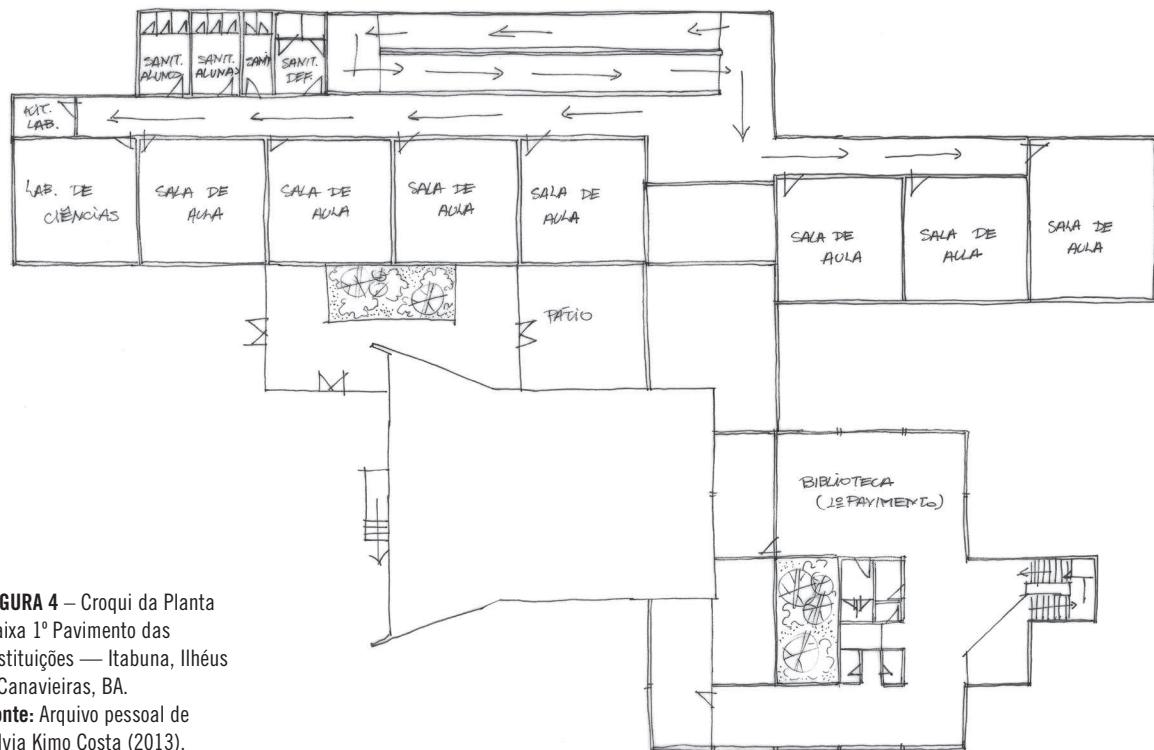


FIGURA 4 – Croqui da Planta Baixa 1º Pavimento das Instituições — Itabuna, Ilhéus e Canavieiras, BA.

Fonte: Arquivo pessoal de Silvia Kimo Costa (2013).

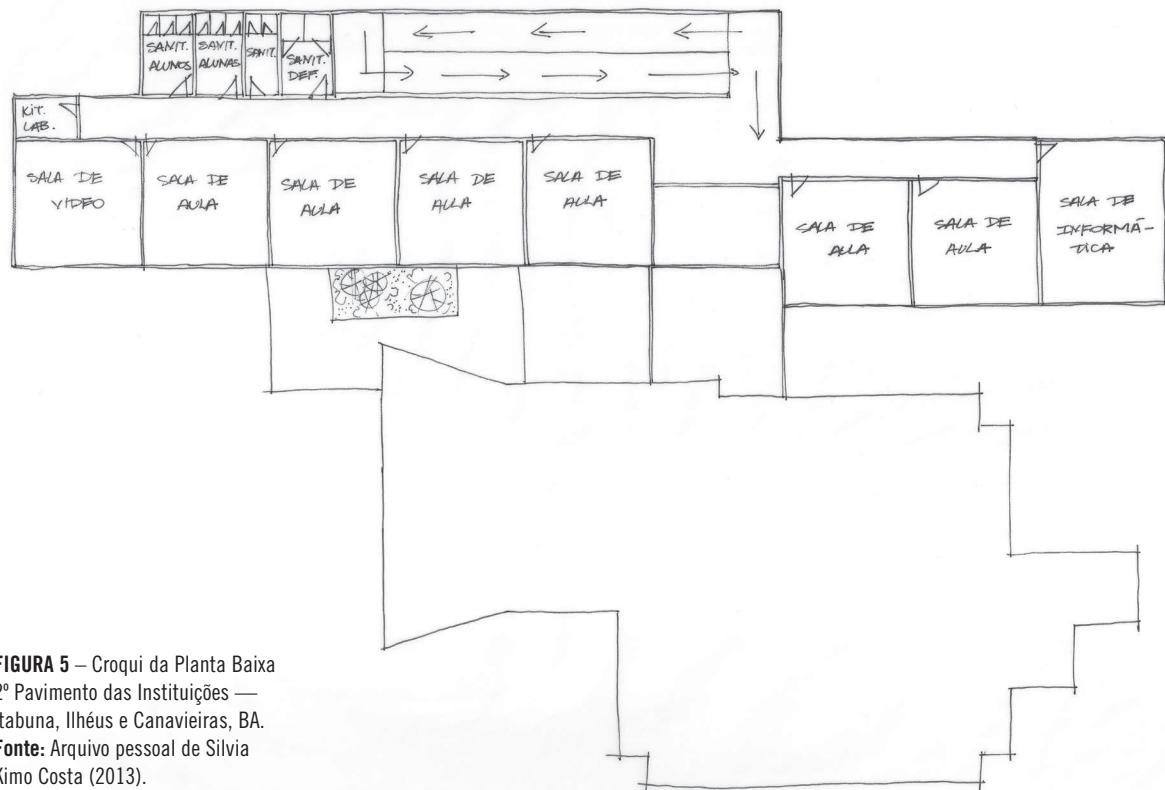


FIGURA 5 – Croqui da Planta Baixa 2º Pavimento das Instituições — Itabuna, Ilhéus e Canavieiras, BA.

Fonte: Arquivo pessoal de Silvia Kimo Costa (2013).

Restrição: “Empregado para designar as dificuldades resultantes da relação entre as condições dos indivíduos e as características do meio ambiente na realização de atividades” (Dischinger *et al.*, 2012, p.17).

Barreiras físico-espaciais (arquitetônicas) e barreiras atitudinais:

As *barreiras físico-espaciais* são os elementos físicos, naturais ou construídos, que dificultam ou impedem a realização de atividades desejadas de forma independente [...]. Podemos ainda distinguir as barreiras físico-espaciais em permanentes e dinâmicas, de acordo com sua duração no tempo e no espaço. Um poste é um obstáculo permanente num passeio, no entanto um carrinho de pipoca pode constituir-se numa barreira dinâmica [...]. As *barreiras atitudinais* são estabelecidas na esfera social, quando as relações humanas centram-se nas dificuldades dos indivíduos e não em suas habilidades, criando empecilhos para a sua participação na sociedade (Dischinger *et al.*, 2012, p.14, grifo nosso).

Acessibilidade espacial e seus componentes. Por acessibilidade entende-se:

[...] bem mais do que apenas poder chegar ou entrar num lugar desejado. É, também, necessário que a pessoa possa situar-se, orientar-se no espaço e que compreenda o que acontece, a fim de encontrar os diversos lugares e ambientes com suas diferentes atividades, sem precisar fazer perguntas. Deve ser possível para qualquer pessoa deslocar-se ou movimentar-se com facilidade e sem impedimentos. Além disso, um lugar acessível deve permitir, através da maneira como está construído e das características de seu mobiliário, que todos possam participar das atividades existentes e que utilizem os espaços e equipamentos com igualdade e independência na medida de suas possibilidades (Dischinger *et al.*, 2009, p.22).

Quanto aos componentes:

Orientação espacial: diz respeito às características do ambiente que permitem que sua identidade e função, deslocamento e uso sejam reconhecidos. Estão diretamente relacionadas à forma espacial do ambiente, à iluminação, às cores utilizadas e à disposição dos lugares e equipamentos. Também são consideradas as informações escritas ou desenhos explicativos que objetivam auxiliar na compreensão do lugar, tais como letreiros, mapas, imagens.

Deslocamentos: refere-se à possibilidade de qualquer pessoa se movimentar de forma independente, segura, confortável e livre de barreiras físicas, ao longo de percursos horizontais (corredores) e verticais (escadas, rampas, elevadores), e também em salas, sanitários, saguões, caminhos, pátios, jardins.

Uso: refere-se à possibilidade de realização de atividades de maneira efetiva por todas as pessoas. Quando se trata do uso, deve-se atentar para as características físicas dos

mobiliários e equipamentos (forma, dimensões, relevo, textura e cores) assim como a disposição destes nos ambientes para que sejam facilmente alcançados e utilizados.

Comunicação: objetiva possibilitar a troca de informações entre as pessoas. Nessa categoria considera-se a acústica dos ambientes, a presença de sinais, pictogramas, e meios de tecnologia assistiva (para surdos e cegos) (Dischinger *et al.*, 2009).

O roteiro possibilitou a observação dos componentes de acessibilidade (orientação espacial, deslocamento, uso e comunicação) em relação a nove aspectos arquitetônicos das edificações:

1) Acesso à escola: a) facilidade quanto à visualização da escola; b) presença de faixa de pedestres para travessia com calçada rebaixada; c) presença de semáforo para automóveis e para pedestres com sinal sonoro; d) existência de calçada em frente à escola com pavimentação regular, sem buracos e sem obstáculos (sendo que na existência de obstáculos estes são ou não identificados com piso tátil de alerta para portadores de deficiência visual); e) presença de ponto de ônibus em frente à escola e se o acesso permite o trânsito livre de um cadeirante ou de um portador de deficiência visual (possui piso tátil direcional e de alerta); f) existência de estacionamento em frente à escola com vagas destinadas aos portadores de deficiência e próximas ao portão de entrada; g) existência de espaço para abertura da porta do carro, retirada da cadeira de rodas e circulação livre; h) existência de rampa de acesso entre a vaga e a calçada.

2) Corredores: a) se possuem largura adequada à quantidade de pessoas que os utilizam; b) presença de elementos que atrapalham as passagens das pessoas (lixeiras, bebedouros, telefones públicos, extintores de incêndio, vasos de plantas, móveis, placas), e, caso estejam presentes, são ou não identificados com piso tátil de alerta para pessoas com deficiência visual; c) presença de contraste de cor entre piso, parede e portas, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; d) o piso é antiderrapante, regular e se encontra em boas condições; e) existem rampas quando há desniveis maiores que 1,5cm; f) se os corredores forem muito amplos, existe piso tátil direcional em cor e textura contrastantes com o piso da circulação para guiar as pessoas com deficiência visual; g) existência de mureta ou grade de proteção com 1,10m de altura nos corredores localizados nos pavimentos superiores; h) existência de placas indicativas que orientam as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes; i) identificação dos ambientes por meio da presença de placas junto às portas em letras grandes e em cor contrastante com o fundo, e de placas com letra em relevo ou em Braille, na altura entre 90 e 110cm, para pessoas com deficiência visual; j) largura dos vãos das portas com 90cm; l) existência de maçanetas, em forma de alavancas, nas portas entre 90 e 110cm de altura em relação ao piso; m) existência de desnível entre o corredor e a sala de no máximo 0,5cm; n) existência de bebedouros com altura livre inferior de, no mínimo, 73cm do piso para a aproximação de uma cadeira de rodas; o) o bebedouro pode ser utilizado por crianças pequenas ou pessoas de baixa estatura.

3) Rampas: a) existência de rampas na escola e se a largura mínima equivale a 1m e 20cm; b) presença de piso antiderrapante, firme, regular e estável; c) existência de pata-mar sempre que houver mudança de direção na rampa e com mesma largura que a rampa; d) patamar livre de obstáculos, como vasos, móveis, abertura de portas, que ocupem sua superfície útil; e) a rampa tem tamanho, inclinação e formato de acordo com a NBR 9050/2004 ABNT (2004); f) existência, no início e no final da rampa, de piso tátil de alerta em cor contrastante com a do piso da circulação, que alerte as pessoas com deficiência visual sobre a existência da rampa.

5) Salas administrativas: a) existência nas salas de contraste de cor entre piso, parede e móveis, que facilite a orientação de pessoas com baixa visão; b) as mesas e cadeiras, em termos de largura, altura e formato adapta-se aos diferentes tamanhos dos usuários e permite a aproximação e uso de pessoas em cadeira de rodas; c) caso existam estantes nesses ambientes, suas prateleiras podem ser alcançadas por pessoas em cadeira de rodas; d) as áreas de circulação entre o mobiliário são largas o suficiente para a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas; e) há, pelo menos, uma mesa de trabalho sem obstáculos, como pés, gaveteiros, bancos fixos, com vão livre de 73cm — do pé ao tampo —, que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas; f) existe computador com tecnologia assistiva, como Dos Vox etc., para pessoas com deficiência visual.

6) Biblioteca: a) existência de contraste de cor entre piso, parede e móveis, que facilite a orientação de pessoas com baixa visão; b) é possível a pessoa, em cadeira de rodas, circular e manobrar pelo ambiente até os diferentes locais de atividades, como mesas de trabalho e de computador, estantes, balcão de empréstimo; c) as mesas de estudo ou de computador estão livres de qualquer obstáculo, como pés e gaveteiros, que impeçam a aproximação de pessoas em cadeira de rodas; d) existem mesas com altura adequada ao uso de pessoas em cadeira de rodas ou baixa estatura; e) a largura do corredor, entre as estantes, permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas; f) ao final de cada corredor de estantes, é possível manobrar com a cadeira de rodas; g) os livros, nas prateleiras, podem ser alcançados por pessoas em cadeira de rodas; h) o balcão de empréstimo permite que uma pessoa em cadeira de rodas o utilize, ou seja, o balcão é mais baixo e com recuo para as pernas; i) existe computador com programa de leitor de tela para alunos com deficiência visual.

7) Auditório: a) existência de contraste de cor entre piso, parede e móveis, que facilite a orientação de pessoas com baixa visão; b) as portas de acesso ao ambiente têm uma largura proporcional à quantidade de usuários que o auditório comporta e se abrem no sentido da saída; c) existência, de um espaço reservado, para pessoa em cadeira de rodas, com tamanho mínimo de 80 x 120cm; d) existência de, pelo menos, um assento mais largo e resistente que os demais destinado a obesos; e) existência, ao lado dos espaços reservados, de, pelo menos, um assento destinado aos acompanhantes das pessoas com cadeira de rodas, com mobilidade reduzida ou obesas; f) é possível que uma pessoa em

cadeira de rodas acesse o palco pela rampa; g) existência, no palco, de local — com boa visibilidade e iluminação —, destinado à/ao intérprete de Libras.

8) Sanitários: a) existência, pelo menos, de um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário e lavatório acessíveis às pessoas com deficiências na escola; b) as portas dos sanitários possuem vão de abertura de, no mínimo, 80cm; c) no ambiente dos sanitários, há contraste entre piso, parede e equipamentos, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão; d) o piso dos sanitários é antiderrapante, regular e em boas condições de manutenção; e) é possível para uma pessoa, em cadeira de rodas, circular pelo sanitário, manobrar sua cadeira, acessar o boxe e o lavatório; f) a altura entre o lavatório e o piso é de, no mínimo, 73cm, e permite a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas; g) as torneiras desse lavatório são facilmente alcançadas e manuseadas por uma pessoa em cadeiras de rodas e/ou com mobilidade reduzida nas mãos; h) os acessórios do lavatório, como toalheiro, cesto de lixo, espelho, saboneteira estão instalados a uma altura e distância acessíveis a uma pessoa em cadeira de rodas; i) há espaço suficiente que permita transferir a pessoa em cadeira de rodas para o vaso sanitário; j) a localização e as dimensões das barras de apoio junto ao vaso sanitário obedecem à seção 7.3.1.2, da NBR 9050/2004; l) além da barra horizontal, a porta possui maçaneta do tipo alavanca, a uma altura entre 90 e 110cm para pessoas com mobilidade reduzida nas mãos.

9) Quadra de esportes: a) existência de rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra, aos bancos/arquibancadas ou aos sanitários e vestiários; b) existência de piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, bancos, sanitários e vestiários; c) existência de contrastes nas cores da pintura do piso da quadra e demais elementos, como traves, redes e cestas; d) existência de, pelo menos, um espaço reservado entre os bancos ou na arquibancada com tamanho suficiente para a permanência de uma cadeira de rodas; e) no caso de práticas de esportes por pessoas que utilizam cadeira de rodas do tipo “cambada”, os vãos livres das portas existentes na rota acessível, nos sanitários e vestiários são de, no mínimo, um metro.

Após aplicação do roteiro de observação, as informações foram analisadas segundo os conceitos referentes à Governamentalidade e Dispositivos (Foucault, 2012a); Disciplinamento (Foucault, 2011) e Discursos e não Discursos (Foucault, 2012b).

INCLUSÃO SOCIAL, ACESSIBILIDADE ESPACIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Passerino e Montardo (2007, p.5), a inclusão social possui um caráter multidimensional, já que “Perpassa por todas as dimensões da vida em sociedade e é permanente, embora não constante, na vida dos sujeitos, sendo que estes indivíduos ocupam posições diferenciadas de incluídos ou excluídos que podem ser concomitantes e muitas vezes não excludentes ao longo das suas vidas”. Ainda, segundo os autores, o termo pode ser definido como:

O processo estabelecido dentro de uma sociedade mais ampla que busca satisfazer necessidades relacionadas com qualidade de vida, desenvolvimento humano, autonomia de renda e equidade de oportunidades e direitos para os indivíduos e grupos sociais que em alguma etapa da sua vida encontram-se em situação de desvantagem com relação a outros membros da sociedade (Passerino & Montardo, 2007, p.5).

O conceito apresentado por Passerino e Montardo (2007) abrange qualquer indivíduo ou grupo em situação de exclusão social. Brumer *et al.* (2004, p.300) afirmam que a inclusão social pode ser entendida como um ato de “Cidadania, isto é, participação na condição de cidadão na sociedade, com os mesmos direitos e deveres dos demais membros dessa sociedade”. Maciel (2000, p.56) afirma que a inclusão social “Traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade”.

Dischinger *et al.* (2012, p.11) citam que a Constituição Brasileira de 1988 garante o direito de igualdade a todos os cidadãos sem nenhuma forma de discriminação. Esse direito inclui “O acesso à moradia, ao trabalho e a serviços essenciais como educação e saúde para todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, cor, credo, condição social ou deficiência”. Ainda segundo Dischinger *et al.* (2012, p.27), “O conceito de inclusão se refere à possibilidade de participação social em condições de igualdade e sem discriminação”.

A Constituição Brasileira (Brasil, 1988) atenta para a necessidade de ações que promovam a adequabilidade do ambiente físico possibilitando, dessa forma, melhores condições de acessibilidade. E quando se trata da acessibilidade aos portadores de deficiência, isso implica em realizar alterações que amenizem ou diminuam dificuldades de acesso causadas tanto por barreiras físico-espaciais (arquitetônicas), quanto atitudinais.

Segundo Dischinger *et al.* (2012), dentre as causas da existência de barreiras físico-espaciais e atitudinais, em relação a portadores de deficiência, está o desconhecimento relacionado aos tipos de deficiência, que podem ser:

Físico-motoras são aquelas que alteram a capacidade de motricidade geral do indivíduo, acarretando dificuldades, ou impossibilidade, de realizar quaisquer movimentos [...]. *Sensoriais* são aquelas que em que há perdas significativas nas capacidades dos sistemas de percepção do indivíduo, gerando dificuldades em perceber diferentes tipos de informações ambientais (orientação, háptico, visual, auditivo e paladar-olfato) [...]. *Cognitivas* são aquelas que se referem às dificuldades para a compreensão e tratamento das informações recebidas (atividades mentais), podendo afetar os processos de aprendizado e aplicação de conhecimento, a comunicação linguística e interpessoal [...]. *Múltiplas* ocorrem quando o indivíduo apresenta a associação de mais de um tipo de deficiência. Por exemplo, uma pessoa com lesão cerebral congênita pode possuir uma deficiência cognitiva asso-

ciada a uma deficiência sensorial (baixa-visão) e físico-motor (dificuldade de coordenação de movimentos) (Dischinger *et al.*, 2012, p.18, grifo nosso).

O tipo de deficiência influencia na estratégia que deverá ser adotada para solucionar a inacessibilidade. No presente artigo, abordam-se os elementos arquitetônicos referentes às condições de acessibilidade espacial em instituições de ensino público que favorecem a inclusão ou exclusão social de portadores de deficiência (físico-motoras, sensoriais, cognitivas e múltiplas).

Em instituições de ensino, os elementos arquitetônicos que permitem a acessibilidade espacial voltada aos portadores de deficiência são materializações/institucionalizações de políticas públicas de Inclusão.

Entende-se por Política Pública:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, (colocar o governo em ação) e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. [...] as políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (Souza, 2006, p.26).

Sendo assim, essa materialização/institucionalização é o resultado do agendamento das demandas de inclusão, da formulação de estratégias e, até mais raramente, da avaliação dos resultados obtidos e sua conformidade com as metas estabelecidas. Mas até que ponto as políticas públicas destinadas à inclusão do portador de deficiência em instituições de ensino realmente o incluem?

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS QUE MATERIALIZAM POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO VOLTADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Conforme Veiga-Neto e Lopes (2007, p.949), as políticas públicas de Inclusão “Defendem a inclusão do diferente, entendendo-o como um (único estranho), um exótico, um portador de algo que os outros”, que se enquadram num padrão normalizado, ideal, “não possuem”.

Para Lopes (2009, p.160) a “Norma age na homogeneização das pessoas; na definição de um modelo geral prévio frente ao qual todos devem ser referidos”. O Estado cria constantemente estratégias políticas que busquem normalizar as irregularidades presentes na população. Exemplos dessas estratégias? Políticas públicas de Inclusão.

Ainda de acordo com Veiga-Neto e Lopes (2007) é por meio do discurso, que sustenta a governamentalidade e as relações de poder, que as políticas públicas se exteriorizam.

Entende-se por governamentalidade:

O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (Foucault, 2012a, p.409).

Porém, não basta o discurso quando se trata de políticas públicas de Inclusão, pois para que essas se realizem plenamente, todos os corpos “normalizados, ideais” e “não ideais” precisam compartilhar o mesmo espaço. Sendo assim, as políticas públicas de Inclusão precisam de uma institucionalização.

Quando se trata do termo “discurso”, Foucault (2012b, p.143) o define como:

Um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.

E a formação discursiva constitui grupos de enunciados, “Um conjunto de performances verbais que estão ligadas no nível do enunciado” e o *status* desses enunciados está submetido a um regime geral e podem ser “Institucionalizados, recebidos, empregados, reutilizados, combinados entre si”; podem tornar-se “Objetos de apropriação, elementos para o desejo ou interesse, elementos para uma estratégia” (Foucault, 2012b, p.141).

Em instituições de ensino, a institucionalização de políticas públicas de Inclusão, voltadas a portadores de deficiência (físico-motoras, sensoriais, cognitivas ou múltiplas), pode ser observada por meio da presença ou não de determinados elementos arquitetônicos construídos conforme especificações da NBR 9050/2004 “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”.

Esta NBR 9050/2004 viabiliza o atendimento à Lei nº 10.098/2000 que “Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (Oliveira, 2008, *online*), e constitui-se num dispositivo de poder do Estado que permite de maneira eficaz a institucionalização das políticas de Inclusão destinadas aos portadores de deficiência. Segundo Foucault (2012a, p.244) o dispositivo é:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Ou seja, o “dispositivo” é o que articula o discursivo, conjunto de enunciados institucionalizáveis e o não discursivo, os acontecimentos relativos àquelas ocorrências de eventos (epidemias, catástrofes, acidentes ocasionais) pertinentes à institucionalização apropriada pela formação discursiva.

Nas instituições de ensino analisadas verificou-se que a institucionalização das políticas públicas de Inclusão destinadas aos portadores de deficiência acontece, mas por meio da presença incompleta dos elementos arquitetônicos componentes de acessibilidade (com destaque para aqueles que são mais visíveis). Ou seja, objetiva cumprir a Lei nº 10.098/2000 apenas como uma formalidade.

Ao observar o “acesso à escola” nas três instituições, verificou-se: inexistência de faixa de pedestres para travessia com calçada rebaixada; não há calçada que permita o trânsito livre de um cadeirante ou de um portador de deficiência visual até o ponto de ônibus e não há estacionamento em frente à escola com vagas destinadas aos portadores de deficiência e próximas ao portão de entrada. Ou seja, o acesso à escola é inviável para qualquer deficiente.

Os “corredores” externos e internos, nas três instituições, são adequados à quantidade de pessoas que os utilizam e possuem piso antiderrapante. Não há elementos que atrapalham a passagens das pessoas. O piso encontra-se em boas condições para o trânsito de cadeirantes. Os corredores são longos e amplos, mas não existe piso tátil direcional em cor e textura contrastantes com o piso da circulação para guiar as pessoas com deficiência visual. Existem placas indicativas que orientam as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes, e identificação dos ambientes por meio da presença de placas junto às portas em letras grandes e em cor contrastante com o fundo, porém não há placas com letra em relevo ou em Braille. Inexistem maçanetas, em forma de alavanca.

As “rampas” têm tamanho, inclinação e formato de acordo com a seção 6.5, da NBR 9050/2004, nas três instituições. O piso é antiderrapante, firme, regular e estável e existe patamar livre de obstáculos nos locais de mudança de direção com mesma largura da rampa. Entretanto, não existe, no início e no final da rampa, piso tátil de alerta em cor contrastante com a do piso da circulação que alerte as pessoas com deficiência visual sobre a existência da rampa.

As “salas” (de aula, informática, arte, vídeo, grêmio estudantil e laboratório de ciências) nas três instituições possuem tamanho adequado para comportar em torno de 30 alunos confortavelmente, mas geralmente frequentam de 35 a 40 alunos por sala.

Não existe contraste de cor entre piso, parede e móveis, que facilite a orientação de pessoas com baixa visão. As carteiras não se adaptam aos diferentes tamanhos dos alunos e não permitem aproximação e uso dos alunos em cadeira de rodas; não existem estantes nestes ambientes. O corredor entre as fileiras de carteiras não é largo o suficiente para a passagem de um aluno em cadeira de rodas, na verdade são poucas as salas em que as carteiras estão organizadas em fileiras ou em círculo (a depender da atividade pedagógica). O quadro-negro não possui altura que permita alcance por pessoas em cadeira de rodas, o cadeirante não conseguiria se aproximar do quadro negro, pois há uma plataforma construída em alvenaria e revestida com piso cerâmico para elevar a altura do professor em relação à sala. Observou-se que, ao longo do dia, o quadro negro está sempre livre de incidência de luz. No laboratório tanto de informática quanto de ciências não há mesa de trabalho sem obstáculos, como pés, gaveteiros, bancos fixos, com vão livre de 73cm — do pé ao tampo —, que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, assim como pias. As mesas e cadeiras dos laboratórios não se adaptam às dimensões de todos os usuários. Não existe computador com tecnologia assistiva, como Dos Vox etc. para pessoas com deficiência visual.

Quanto às “*salas administrativas*” (direção, vice-direção, coordenação, sala para professores; sala de preparo de materiais e mecanografia) e “*biblioteca*”, nas três instituições, observou-se a inexistência de contraste de cor entre piso, parede e móveis que facilite a orientação de pessoas com baixa visão. As mesas e cadeiras, em termos de largura, altura e formato, não se adaptam aos diferentes tamanhos dos usuários e permitem aproximação e uso de pessoas em cadeira de rodas. As áreas de circulação entre o mobiliário não são largas o suficiente para a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas. Não se verificou, pelo menos, uma mesa de trabalho sem obstáculos, como pés, gaveteiros, bancos fixos, com vão livre de 73cm — do pé ao tampo —, que permita a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas. Não existe computador com tecnologia assistiva, como Dos Vox etc. para pessoas com deficiência visual. A largura do corredor entre as estantes, na biblioteca, não permite a passagem de uma pessoa em cadeira de rodas; o balcão de empréstimo não permite que uma pessoa em cadeira de rodas o utilize.

O “*auditório*”, nas três instituições, apresenta portas de acesso ao ambiente com largura proporcional à quantidade de usuários que o utiliza e se abrem no sentido da saída. Porém, não há espaços reservados para pessoa em cadeira de rodas e de assentos mais largos. Não é possível que uma pessoa, em cadeira de rodas, acesse o palco por meio de rampa. Inexiste contraste de cor entre piso, parede e móveis que facilite a orientação de pessoas com baixa visão.

Há “*quadra de esportes*” nas três instituições. Verificou-se que não existe rota acessível que permita às pessoas com mobilidade reduzida chegarem à quadra, aos bancos/ arquibancadas ou aos sanitários e vestiários. Não há piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a entrada da quadra, bancos, sanitários e vestiários. Há

contrastes nas cores da pintura do piso da quadra e demais elementos, como traves, redes e cestas. Não há espaço reservado, entre os bancos ou na arquibancada, com tamanho suficiente para a permanência de uma cadeira de rodas.

No que se refere aos “sanitários”, nas três instituições, há apenas um sanitário por pavimento destinado a deficientes que é utilizado tanto por homens quanto por mulheres. De acordo com o projeto arquitetônico, não há mictórios. As portas dos sanitários possuem vão de abertura de 90cm. O piso especificado é antiderrapante. O sanitário foi dimensionado para permitir que uma pessoa, em cadeira de rodas, circule pelo ambiente; entretanto, o cadeirante necessita de ajuda para acessar o boxe e o lavatório. Os acessórios especificados do lavatório, como torneira, toalheiro, cesto de lixo, espelho, saboneteira, são adequados a uma pessoa em cadeira de rodas. De acordo com o projeto, há um espaço suficientemente mínimo que permite transferir a pessoa em cadeira de rodas para o vaso sanitário.

Em duas das instituições os sanitários estavam trancados. Na instituição onde o ambiente se encontrava aberto, observou-se que não havia contraste entre piso, parede e equipamentos, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão. Algumas questões foram levantadas: Por que estavam trancados? Como é adequado a portadores de deficiência físico-motora e não há alunos com essa deficiência nas escolas, então não devem ser usados? Ou estão sendo usados para outros fins? Se há portadores com essa deficiência nas escolas, então os banheiros só são abertos quando os deficientes precisam usá-los?

O atendimento à Lei nº 10.098/2000 viabilizado por meio das especificações da NBR 9050/2004 em instituições de ensino (nesse caso específico, em instituições de ensino público), pode ser um dispositivo “eficaz” de institucionalização das políticas de Inclusão destinadas aos portadores de deficiência, entre aspas, pois, para atender à NBR 9050/2004, tais instituições precisam ser construídas considerando as especificações da referida Norma Técnica e as já existentes precisam ter sua infraestrutura predial adaptada. E o que se observou foi que as instituições analisadas não foram construídas contemplando todos os quatro componentes de acessibilidade espacial (orientação espacial, deslocamento, uso e comunicação) e não possuem recursos financeiros suficientes para a adaptação da infraestrutura existente.

Mas a Lei nº 10.098/2000 — formalidade legal do dispositivo —, precisa ser cumprida, caso contrário, a política pública de Inclusão não se materializa, e dessa forma “portadores de deficiência” e “não portadores” não compartilharão o mesmo espaço. Então, se opta por materializá-la por meio dos elementos que são mais visíveis: rampas de acesso e banheiros para o portador de deficiência físico-motora.

Vantagens da rampa e do banheiro para o portador de deficiência físico motora: promove o bem estar físico de todos (portadores de deficiência e não portadores). Em relação à rampa, é mais confortável subir uma rampa do que uma escada; é mais seguro mover equipamentos por uma rampa do que por uma escada; além disso, a rampa dispensa o elevador, que costuma elevar consideravelmente os custos com manutenção, gerando

economia para quem mantém as instituições públicas. Em relação ao banheiro, este não necessariamente é de uso exclusivo do portador de deficiência física motora.

Há então uma “inclusão excludente” de portadores de deficiência, pois a presença dos componentes de acessibilidade espacial mais visíveis constituem indícios de inclusão — e já que a estrutura arquitetônica “existe”, logo Lei nº 10.098/2000 está sendo cumprida; consequência: política pública de Inclusão é materializada —, mas é uma inclusão que não se torna efetiva. O deficiente físico-motor, sensorial, cognitivo e múltiplo não tem acesso livre, confortável, seguro e digno às instituições de ensino. O espaço continua adequado apenas aos não portadores de qualquer deficiência.

Além dos nove aspectos arquitetônicos avaliados nas instituições, por meio do roteiro de observação direcionado, verificou-se uma predominância de barreiras físico-espaciais (arquitetônicas) e equipamentos de vigilância utilizados para segurança patrimonial.

Embora a concepção arquitetônica das instituições proponha uma conexão livre e fluida entre os ambientes internos e externos das edificações esta conexão não é estabelecida, pois todas as passagens são lacradas com grades de aço galvanizado tubular (Figura 6). Essas mesmas grades estão presentes em toda a área administrativa dos colégios, laboratórios de informática e de equipamentos audiovisuais. Além das grades, há câmeras de vigilância em todos os pavimentos.



FIGURA 6 – Grades para isolar passagens e ambientes — Itabuna (BA).
Fonte: Arquivo pessoal de Silvia Kimo Costa (2013).

O objetivo é proteger as instituições e os alunos que as frequentam de possíveis furtos e da violência, considerando o entorno imediato onde estão inseridas? Ou proteger as instituições dos alunos que as frequentam?

Sobre esse aspecto, convém destacar o caráter da instituição de ensino como aquela que encerra e controla conhecimentos, e que é acessada somente pelos permitidos. Um dispositivo de dominação via disciplinamento do sujeito pela sociedade (Foucault, 2011) e que se “Constitui em um dos elementos do poder-saber exercido pela escola, pelo Estado” (Lautert, 2010, p.5).

Considerando esse contexto, o que se observa é um paradoxo entre: 1) a institucionalização das políticas públicas que visam inclusão de portadores de deficiência; e 2) as barreiras arquitetônicas, presentes na instituição, que excluem os portadores ou não de deficiência.

CONCLUSÃO

As políticas públicas de Inclusão destinadas a promover a acessibilidade de portadores de deficiência, aqui entendidas como dispositivos, devem ser materializadas por meio de elementos arquitetônicos que contemplam os componentes de acessibilidade (orientação espacial, deslocamento, uso e comunicação) especificados pela NBR 9050/2004. Entretanto, nas instituições de ensino observadas, verifica-se que essa “materialização” ocorre somente por meio dos elementos arquitetônicos que possuem maior visibilidade: rampas de acesso e banheiros para deficientes físico-motores. Trata-se apenas de demonstrar que, de alguma forma, a Lei nº 10.098/2000 — formalidade legal do dispositivo —, está sendo cumprida. Ou seja, a inclusão não ocorre; ao contrário, tais elementos arquitetônicos apenas favorecem o conforto daqueles que não são portadores de deficiência.

Há ainda a predominância de barreiras físico-espaciais (arquitetônicas) destinadas à segurança patrimonial que excluem não só portadores de deficiência como não portadores, pois representam a vigilância, uma ameaça de punição daqueles que se pretendia incluir, ao proteger o patrimônio dos seus usuários por meio de estígmas de prevenção aos danos dos bens permanentes.

Essa materialização de políticas públicas de Inclusão, seja por meio de dispositivos arquitetônicos, normas, leis, programas assistenciais, objetiva cumprir a homogeneização da população pela normalização. Esses dispositivos são formas de assujeitamento utilizados pelo poder — Governamentalidade. Assim, estipulam-se condutas, e auxiliam uma produção de subjetividades (formas de agir e pensar) de sujeitos para que esses se tornem economicamente produtivos e politicamente dóceis. De certa forma, também influencia na territorialidade simbólica desses sujeitos, incluídos ou excluídos, no espaço das relações sociais tanto dentro da instituição de ensino, como fora dela.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2013.
- BAHIA (Estado). SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. *Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães*. 2013. Disponível em: <<http://escolas.educacao.ba.gov.br/search/node/Col%C3%A9gio%20Modelo%20Luis%20Eduardo%20Magalh%C3%A3es>>. Acesso em: 5 jan. 2013.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 20 dez. 2000. p.2.
- BRUMER, A.; PAVEI, K.; MOCELIN, D.G. Saindo da escuridão: perspectiva da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. *Revista Sociologias*, v.6, n.11, p.300-327, 2004.
- DISCHINGER, M.; ELY, V.H.M.B.; BORGES, M.M.F.C. *Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível*. Brasília: MEC, 2009.
- DISCHINGER, M.; ELY, V.H.M.B.; PIARDI, S.M.D.G. *Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos*: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público. Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2012.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 39.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 25.ed. São Paulo: Graal, 2012a.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b.
- LAUTERT, L.V.S. *Do trabalho aos processos de socialização*: subjetividades discentes e discursos docentes em negociação na sala de aula da EJA. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 4., 2010, São Cristovão. *Anais...* São Cristovão: UFS, 201. p.1-12.
- LOPES, M.C. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação e Realidade*, v.34, n.2, p.153-169, 2009.
- MACIEL, M.L.C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v.14, n.2, p.51-56, 2000.
- OLIVEIRA, A.M.F. *Acessibilidade*: comparação das leis dos países do Mercosul. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 5 jan. 2013.
- PASSARINO, L.M.; MONTARDO, S.P. Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para pessoas com necessidades especiais. *Associação Nacional do Programa de Pós-Graduação em Comunicação*, v.8, p.1-18, 2007. Disponível em: <www.compos.com.br/e-compos>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, v.8, n.16, p.20-45, 2006.
- VEIGA-NETO, A.; LOPES, M.C. Inclusão e governamentalidade. *Educação e Sociedade*, v.28, n.100, p.947-963, 2007.

SILVIA KIMO COSTA Instituto Federal da Bahia | Tecnologia de Edificações | *Campus Eunápolis* | Av. David Jonas Fadini, s/n., Rosa Neto, 45823-431, Eunápolis, BA, Brasil | Correspondência para/
Correspondence to: S.K. COSTA | *E-mail:* <skcosta@hotmail.com>.

MILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR Universidade Estadual de Santa Cruz | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente | Ilhéus, BA, Brasil

Recebido em
22/4/2013,
reapresentado em
10/9/2013 e aceito
para publicação em
31/10/2013.